

ATA N.º 4/2019

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2019:

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e dezanove, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo de Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atougua da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), José António Bombas Amador (CDU), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para a sua sessão extraordinária do mês de março, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação de atas de sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019;

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche para o ano de 2019;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos de prestação de contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2018;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Revisão ao Orçamentos da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, relativos à gerência de 2018;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Participação do Município de Peniche na Associação AGEO - Geoparque Oeste;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala vinte e um dos vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Andreia Alexandra Gomes Sales (PSD), Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontravam-se a substituir os senhores António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Célia Sousa Martins (PSD), e Álvaro André Paiva Amador (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP) e Inês Fitas Cação (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, o Vice-Presidente da Câmara, senhor Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), e os senhores Vereadores, Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 1/2019, respeitante à sessão extraordinária do mês de janeiro, realizada no dia 21 de janeiro de 2019, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos terem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Posta à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetida a ata em apreço a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com 17 votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes nas reuniões a que elas respeitavam, observando o n.º

3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

Ademar Marques (PSF):

Propôs, em nome do Partido Social Democrata, uma saudação aos tripulantes da embarcação Parma, que foi resgatada, há duas semanas, e, também, que fosse uma evocação dos Pescadores e dos perigos que enfrentam no seu dia a dia de trabalho e da insegurança que, infelizmente, caracteriza a profissão, saudando o momento feliz que foi para toda a cidade, que viveu horas de grande angústia, que tenham sido descobertos bem.

Vasco Serpa (GCEPP):

Disse que a Bancada do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche se associava à saudação do senhor Deputado Ademar Marques.

Apresentou, verbalmente, um voto de felicitação aos atletas e aos técnicos do PAC - Peniche Amigos Clube, pela subida à Divisão de Honra, assim como, pela conquista do campeonato da Série Sul, sendo que iriam disputar com o vencedor da Série Norte, nos dias vinte e cinco de maio e dois de junho, o título de campeão absoluto.

Jorge Guerreiro (CDU):

Apresentou, verbalmente, um voto de congratulação, nomeadamente para Viktoria Kaminskaia, que no dia seis de abril de 2019, alcançou os mínimos para Tóquio 2020, a nível dos quatrocentos metros estilos, um excelente resultado a nível nacional, neste caso, internacional, que os apraz congratular.

José António Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, as seguintes saudações:

“Em nome da bancada da CDU, saudou a cerimónia oficial de inauguração da primeira fase do Museu da Resistência e da Liberdade, que teve lugar no dia vinte e cinco de abril, inaugurado pelo senhor Primeiro Ministro António Costa.”

“Uma saudação especial à URAP - União de Resistentes Antifascistas Portugueses, pelo desfile popular que organizou, no dia vinte e sete de abril de 2019, lembrando os quarenta e cinco anos da libertação dos Antifascistas encarcerados na prisão do Forte de Peniche.” Disse que foi um dia memorável, com muitos cidadãos a encher as ruas da cidade e a Fortaleza, onde foram ouvidas duas intervenções, quer do ex-presos político e agora Conselheiro de Estado, senhor Domingos Abrantes, quer da senhora Ministra da Cultura, Graça Fonseca, além de um programa cultural de grande valor.

Deixou uma saudação, referente ao 1º de maio e ao dia do trabalhador.

“Vamos, daqui a pouco mais de vinte e quatro horas, comemorar mais um 1º de maio em liberdade, marco histórico da luta dos trabalhadores, contra a ditadura fascista, este dia intimamente ligado a muitas das maiores e mais altas jornadas e movimentações da luta da classe

operária, que, com sofrimento, coragem e determinação, demonstrou claramente o quanto é capaz, a vontade coletiva dos trabalhadores, para melhorar as suas condições de vida e trabalho, vencer injustiças e desigualdades sociais, mudar mentalidades, transformar a sociedade e pôr fim à exploração do homem, pelo homem. Comemorar mais um aniversário, o quadragésimo quinto, é sempre uma celebração de vida e uma afirmação de confiança no futuro. Comemorar o 1º de maio, é lutar contra as desigualdades, que vão por esse mundo fora. Chamou a atenção que oitenta e dois por cento da riqueza criada em dois mil e dezassete, terá sido concentrada nas mãos de um por cento dos mais ricos, e mais de cento e catorze milhões de trabalhadores em pobreza, extrema, nos países desenvolvidos, oitocentos e quinze milhões de pessoas, no mundo, sobrevivem subnutridas, quarenta e dois por cento dos trabalhadores em todo o mundo têm formas de emprego precário, mais de cento e noventa e dois milhões de trabalhadores desempregados, cento e cinquenta e dois milhões de crianças com idades entre cinco e dezassete anos sujeitas a formas de trabalho infantil, e tudo isto, quando quarenta e duas pessoas acumularão a mesma riqueza que os cerca de três vírgula sete mil milhões de pessoas mais pobres. É lutando e denunciando estas desigualdades e avançar nos direitos, valorizando os trabalhadores, como diz o manifesto da GCTP-IN, e obrigar os responsáveis a tomar medidas, que sirvam as economias ao serviço dos seus países. Viva o 1º de maio."

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Relativamente à moção do Centro Hospitalar do Oeste, que fez chegar na semana passada, disse que Caldas da Rainha, no ano passado, fez cerca de dez reuniões, posteriormente associou-se a Torres Vedras, tendo sido feitas mais duas, e Peniche foi convidada a estar presente na última reunião, que decorreu em Torres Vedras.

Disse que aquela moção estava a ser apresentada nas três Assembleias Municipais, Torres Vedras, Peniche e Caldas da Rainha, e se todos concordassem, seria para aprovar.

Ademar Marques (PSD):

Disse que teve a oportunidade de transmitir ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ontem, que concordava com o conteúdo da moção e, na sua opinião, os considerandos estão bastantes bem formulados. Referiu que aquilo não condicionava o seu voto, mas a moção poderia ser um pouco mais ambiciosa nas deliberações, ou seja, ficavam por considerações sobre o funcionamento do grupo entre as Assembleias Municipais, e não tanto na reivindicação daquilo que eram os compromissos assumidos, no caso em concreto da Assembleia Municipal de Peniche, com o Hospital de Peniche, há três anos.

Disse, ainda, que, no email que enviou, teve a oportunidade de chamar a atenção para duas gralhas, uma no terceiro parágrafo e a outra no primeiro parágrafo da segunda página que se deve ler: "*em consonância com os entendimentos nas Assembleias Municipais de Caldas da Rainha e Torres Vedras, a Assembleia Municipal de Peniche, reunida nesta data, delibera recomendar."*

Recordou que neste mandato, os Vereadores do Partido Social Democrata propuseram a criação de uma comissão de saúde, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche propôs, também, a constituição de uma comissão de saúde, ficaram a aguardar, e até ao momento não se constituiu.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, na sua opinião, a moção tinha um aspeto positivo, uma vez que se está a poucos meses das legislativas e era bom comprometer aqueles que irão ser eleitos para a Assembleia da República e que, obviamente, irão ter a respetiva maioria, no sentido de uma vez por todas, resolverem problemas estruturantes ligados à saúde.

Referiu que não era por falta de documentos, nem por falta de propostas que não há Hospital novo, a luta, desde logo, pela localização do Hospital foi má para a resolução daquele problema, e há Autarquias que são responsáveis por isso.

Disse que se iria abster na votação, porque se a Assembleia Municipal estava a solicitar à Comunidade Intermunicipal do Oeste para fazer o estudo, com dois objetivos concretos, era preciso estar a dizer que por razões de transparência e credibilidade o referido estudo seja adjudicado, mediante concurso público, na sua opinião, não faria sentido.

Henrique Estrelinha (PS):

Relativamente à moção, disse que esteve presente na reunião, em Torres Vedras, e o que transmitiu, na mesma, foi a preocupação com o estado atual das estruturas hospitalares, que deveria ser uma prioridade, até porque vinha ao encontro da preocupação que o Partido Socialista mostrou, na Assembleia Municipal de setembro, onde apresentaram uma moção para que fosse cumprido o que o Governo prometeu na altura, a beneficiação do Serviço de Urgência Básica do Hospital de Peniche, que até ao momento não foi cumprido e, também, transmitiu, em nome do Partido Socialista, que não sabiam qual seria a melhor solução, se seria construir um Hospital novo, ou manter os três Hospitais.

Verificaram que na moção mencionava a possibilidade de fazer um estudo, para perceber qual seria, de facto, a melhor solução para o Centro Hospital do Oeste, pelo que iriam votar em conformidade.

Senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Sugeriu que se retirasse o ponto B da moção, que pouco alterava a mesma.

Submetida a votação, foi a moção apresentada pelo senhor Presidente da Mesa, Américo Gonçalves, do Partido Socialista, aprovada, por unanimidade.

Maria João Avelar (PSD):

Apresentou uma congratulação, pela forma como decorreram as cerimónias da semana santa, na cidade de Peniche, na pessoa do Pároco Diogo Correia, extensivo a quem colaborou na preparação das cerimónias, deixando, também, uma palavra à Câmara Municipal pelo apoio na divulgação daquelas cerimónias, não só pelo significado que tem para os católicos, mas de um modo geral, para as populações, porque era importante que aquelas cerimónias corressem com dignidade.

Apresentou uma saudação, muito especial, à inauguração do Memorial aos Presos Políticos, que durante trinta e oito anos, passaram na Fortaleza de Peniche. Disse que esteve presente na inauguração do memorial, com emoção, porque era, efetivamente, um marco importante. Sublinhou que toda a população de Peniche e todos os que estiveram em pensamento, concordavam com aquele memorial, e achavam justo que tenha sido realizado e tenha sido o primeiro ato da instalação do Museu.

Henrique Estrelinha (PS):

Apresentou um voto de louvor em nome do Grupo do Partido Socialista, pela exposição intitulada “Mulher do Mar”, apresentada pela Associação Patrimonium, que apresenta a mulher nas suas diversas atividades profissionais e que, também, reconhece o seu papel, na vida das suas famílias e no contributo dado para a diversidade cultural do concelho de Peniche.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

Passando a Assembleia à apreciação do ponto em epígrafe, usaram da palavra os senhores, adiante identificados:

Licínio Pereira (GCEPP):

Relativamente, à economia social e o seu efeito no concelho de Peniche, disse o seguinte:

«Gostaria de trazer a esta Assembleia uma questão que afeta, transversalmente, o país e, por isso, Peniche não ficava, infelizmente, de fora, tanto mais sendo um concelho com um Per Capita muito baixo.

Estou a falar no atraso, por parte da Segurança Social, no pagamento de prestações sociais e reformas, nas diversas vertentes, incluindo ex-emigrantes, fora desta realidade estão os trabalhadores beneficiários da Caixa Geral de Aposentações, (funcionários do Estado), estes recebem o respetivo vencimento até que lhes seja processada a reforma a que têm direito, ainda bem.

Quanto aos cidadãos abrangidos pela Segurança Social (a maioria), uma vez requerida a pensão, a entidade patronal cessa de imediato o pagamento do vencimento.

Os desempregados, chamados de longa duração, são remetidos a partir de determinada idade, para a reforma antecipada, dá um grande jeito para as estatísticas do desemprego, ficam sem o subsídio de desemprego e, por conseguinte, sem qualquer outra forma de subsistência, poderá até ser legal, mas é profundamente imoral, a juntar a isto sofrem grandes penalizações no cálculo da pensão a atribuir, ficam sem qualquer direito às chamadas bonificações, no caso vertente Peniche, a grande maioria destas pessoas serão pescadores ou trabalhadores chamados de “indiferenciados”, em alguns casos, embora tenham carreiras contributivas longas, os valores descontados são muito baixos. Todos sabemos que muitos pescadores trabalham por vezes doze horas e mais, recebendo, quando a coisa corre bem, vinte euros pelo dia de trabalho, fazem parte dos embora empregados, passam fome, quando chega a reforma recém uma pensão de miséria e continua o ciclo.

Quanto aos futuros reformados, o panorama não é melhor, uma vez atingida a idade de reforma ficam, também, sem qualquer meio de rendimento, com a crueldade na reta final da vida com necessidades de cuidados médicos e medicamentos muito onerosos, entre outras situações.

Temos, também, no concelho muitos ex-emigrantes, voltaram para a sua terra na expectativa de poderem solicitar a reforma, juntando os descontos feitos no país e no estrangeiro, num prazo de tempo razoável. Para estes casos a segurança social tem um departamento chamado Relações Internacionais, acontece que, ir-me-ão desculpar o termo, enquanto estivemos a ser “Troycados” o referido departamento ficou reduzido a três funcionários, em resultado disso, pedidos de uma simples declaração, demora mais de quatro anos a ser enviada para os países de acolhimento, boa imagem deixada no estrangeiro.

Este quadro já era mau, quando pensamos que não se pode fazer mais injustiças, que aquelas que já nos têm sido feitas, conseguem sempre surpreender e ir mais longe, legalmente a segurança social tem cinquenta dias para processar a pensão, quem pediu ou vai pedir reforma é informado que a mesma poderá demorar entre seis meses a um ano, até um pouco mais, para ser

processada.

Estas pessoas ficam entregues a elas próprias, a esmagadora maioria sem qualquer rendimento que lhe permita ter uma vida com o mínimo de dignidade, não têm qualquer poder reivindicativo, mas atenção votam, estamos perante um problema social grave e silencioso, que potência a depressão, o crime, a marginalidade, que depois causa tanta admiração.

Dois exemplos claros de quanto esta situação afeta Peniche e a sua economia social, e o caso do pagamento do subsídio de funeral que era processado até há algum tempo num prazo entre os trinta e os quarenta e cinco dias, neste momento isto está a acontecer num prazo acima de oito meses. Em resultado disto estão as funerárias a fazer aquilo que compete ao Estado, em especial, às famílias mais carenciadas, para quem este subsídio é fundamental. Há funerárias, uma vez que estamos a falar de um negócio cíclico, por via deste atraso, que sentem muitas dificuldades em cumprir os seus compromissos com fornecedores e até pagamentos de ordenados.

Os cidadãos que neste momento têm a decorrer o processo de atribuição de reforma, uma vez suspenso o pagamento do ordenado por parte do patronato, entram na sua maioria em incumprimento com o contrato estabelecido com as entidades bancárias para o crédito à habitação (ordenado domiciliado na conta).

Assim o spread irá ter uma subida apreciável com reflexo no valor a pagar mensalmente.

Os bancos, de forma despudorada e no seu melhor, estão neste momento a enviar cartas aos seus clientes, a dar-lhes essa notícia, depois de tudo o que o cidadão comum suportou, dos desmandos dos bancos, é uma atitude cínica desta gente.

Temos, portanto, em Peniche, um grave problema social que está por qualificar, esses números na minha opinião seriam úteis aos serviços sociais da Câmara Municipal de Peniche.

Perante o descrito, e em face disso, venho solicitar ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso dos seus poderes e legitimidade, solicite junto do Ministro da Tutela, Presidente do Instituto da Segurança Social e à Comissão Parlamentar do Trabalho e Segurança Social os números das prestações sociais e reformas, e ainda não processados, no nosso concelho. Este pedido tem proteção constitucional.

Desejo desde já que tenha sucesso nesta tarefa, mais que aquele que a senhora Provedora da Justiça tem tido, apesar dos milhares de reclamações recebidas, da parte da Tutela só tem havido silêncio, no entanto, esta Instituição, informalmente, tem informações que este problema tem origem em problemas informáticos e de logística, temos o Estado no seu melhor, cria a máquina informática mais poderosa do país para a Autoridade Tributária poder tosquiá-lo de uma forma intensiva o cidadão, no que a impostos diz respeito, permite que a mesma cruze dados com todos os organismos da máquina do Estado achados por interessantes, quando o cidadão tem algo a receber, aí as máquinas são pouco ou nada eficazes, por tudo isto a Segurança Social, nomeadamente o Centro Nacional de Pensões, foi tornada estanque, daí o desenvolvimento das filas para atendimento, agora só atendem presencialmente e com marcação prévia, no entanto, conheço casos de Municípios que se deslocaram a Lisboa de propósito, com essa marcação, para colocar questões referentes a processamentos de reformas, lacónica e telegráfica a resposta "o processo está em apreciação e não passível de consulta pelos serviços", isto depois de esperarem quatro semanas, todos sabemos como a máquina do Estado é pesada e por isso pouco ágil, a maioria dos serviços da Segurança Social em vários pontos de Lisboa foram todos aglutinados na Avenida 5 de Outubro, isto em finais de março, princípio de abril, até que tudo comece a funcionar de forma dita regular vão ter de passar alguns meses, portanto ninguém prevê melhorias nos prazos de processamento, antes pelo contrário.»

Relativamente aos Glifosatos e outros produtos Fitossanitários disse o seguinte:

«Há alguns meses atrás, nesta Assembleia, coloquei a questão do cumprimento da Lei no que respeita há aplicação do Glifosato (em espaços determinados pela mesma), pelos diversos

serviços autárquicos (Junta de Freguesia e Câmara Municipal de Peniche).

Creio que ficámos devidamente esclarecidos que a Lei é devidamente cumprida, aliás até há Juntas que foram mais longe e já não utilizam qualquer meio químico para eliminar ervas daninhas.

Na altura, foi também assumido por algumas Juntas (Atouguia da Baleia e Ferrel) a prática de pulverizações com produtos permitidos pela referida Lei.

Nesta gama de produtos, o Glifosato é aquilo a que podemos chamar uma bomba, recorde só por mera curiosidade que no cocktail de vários herbicidas utilizados pelos Estados Unidos da América, na Guerra do Vietnam, para a desflorestação de milhares de hectares de forma criminosa por pulverização com meios aéreos, o tristemente chamado Reagente Laranja, o Glifosato era o que tinha uma percentagem no cocktail superior a 60%. Ainda hoje este país está com graves problemas ambientais e de saúde pública sem fim à vista.

A primeira questão que gostaria de ver esclarecida, é se as Juntas, que ainda usam produtos químicos em pulverizações, embora dentro da legalidade, não podem eliminar esta prática a curto prazo pelo menos junto de jardins públicos, escolas, infantários e outros locais passíveis de grande utilização pública, é que embora legalizados esses químicos não deixam de ser prejudiciais, quer para a biodiversidade, quer para os ecossistemas e para o nosso homem através dos mais variados fatores, esta atitude, além de nos beneficiar a todos serviria de exemplo na comunidade.

Gostaria, ainda, de clarificar outra situação, que tem trazido algumas dúvidas, tem a ver com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, nomeadamente se são feitas análises à água para consumo, no concelho, específicas para este produto.

A Direção de Agricultura e Pesca determina atempadamente quais os produtos a pesquisar na água, na lista constam herbicidas e outras substâncias e, como não podia deixar de ser, o Glifosato, embora a Lei preveja análises mensais, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento faz as mesmas num intervalo mais curto, esses resultados têm felizmente sido inconclusivos e estão disponíveis para consulta na sede dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, pena será que as análises não acompanhem a fatura mensal enviada aos consumidores, gerava confiança e transparência.

No entanto, isto não me deixa seguro a médio/ longo prazo, nas margens da Barragem de São Domingos, zona de captação de água para consumo humano, todos sabemos que são feitas culturas intensivas com recurso a estes químicos, que inevitavelmente irão parar na Barragem, situação mais grave em anos acentuadamente de seca.

É conhecimento geral, que agricultores e operários agrícolas foram obrigados a fazer formação para poderem aplicar estes produtos, creio que o mesmo terá acontecido com os trabalhadores autárquicos, sendo assim assumido, que lidar com estes químicos requer conhecimentos e cuidados especiais, no entanto, qualquer pessoa pode comprar o Glifosato, nas lojas da especialidade, sem qualquer entrave para aplicar no até seu jardim.

Sendo a agricultura uma prática com grande relevo económico no concelho, a utilização do Glifosato é uma prática comum, porque falamos de um produto barato e de grande eficácia, ainda mais que estamos perante uma monocultura intensiva, portanto, sem exageros temos o Glifosato no nosso prato, no ar e nas linhas de água não controladas.

A juntar a isto, temos o desrespeito das normas de segurança na manipulação destes produtos, são aplicados em dias de calor, com vento e, mais grave, sem equipamentos de proteção, sem luvas, sem máscara, sem vestuário de resguardo, comendo e fumando no local, mais grave ainda, quando isso se passa com trabalhadores autárquicos, é comum ver os referidos trabalhadores terem o fato-macaco protetor vestido, arregaçado até à cintura, com a máscara na testa, sem luvas, cabeças descobertas, comem e fumam nos intervalos dos trabalhos ou mesmo durante os mesmos, isto acontece tanto a quem aplica a pulverização como a quem conduz o tanque.

Embora fora do âmbito, mas dentro da chamada segurança no trabalho, chamas à atenção para a forma, também, desprotegida como todos os chamados coveiros nos nossos cemitérios fazem seu trabalho, um trabalho duro, difícil e mal pago, estes profissionais não usam qualquer proteção na abertura e levantamento de covais, fazem-no, já vi, em tronco nu, com a roupa normal de trabalho e com ténis de lona, é bom recordar que estas pessoas são expostas a fatores patogénicos de muita gravidade para a sua saúde.

Na Região Oeste, já temos Municípios que abrem e levantam covais utilizando máquinas apropriadas para esse efeito, de uma forma limpa e prática.

Em relação a estas questões de Segurança no Trabalho, gostaria, para terminar, de deixar as seguintes perguntas aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia e ao senhor Presidente da Câmara Municipal:

- Existem os devidos equipamentos de proteção para os trabalhos mencionados, há alguma restrição ou condicionalismo na sua utilização / requisição?

- A observação destas normas de segurança são devidamente fiscalizadas?

- É possível equacionar a compra de maquinaria para a abertura e levantamento de covais, ainda que partilhada?

- As Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Peniche disponibilizam instalações onde os trabalhadores possam, de forma digna, no final da jornada de trabalho, seja possível tomar um duche?»

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Sem pretender responder ao que o senhor Deputado Licínio Pereira acabou de referir, relativamente ao Glifosato, que era uma problemática que tem sido discutida na Assembleia Municipal, há alguns anos, teve conhecimento que foi aprovado, hoje, na Câmara Municipal, a proposta dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata, para que a Câmara Municipal aderisse ao programa “Autarquias sem Glifosatos”. Referiu que não sabia se a implementação daquela deliberação seria rápida, mas era um passo de saudar, tendo sido uma votação por unanimidade, que julga ser um passo positivo, e que passaria por sensibilizar os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, dar-lhes alternativas, também, para que possam cumprir as suas funções e fazer o mesmo trabalho sem a utilização de químicos, porque têm chegado relatos/queixas, relativamente à utilização de Glifosatos e os efeitos nos animais em especial, mas os efeitos nos humanos eram uma realidade e, portanto, o senhor Presidente da Câmara Municipal quando era Presidente da Junta de Freguesia, manifestou, também, na Assembleia Municipal, a sua oposição à utilização daqueles químicos. Referiu que sabia que a Câmara Municipal os estava a utilizar até há bem pouco tempo e, portanto, possa aquela deliberação servir para que rapidamente se deixe de agravar um problema, porque era sabido que se iria manter até que os efeitos cessem.

Em relação ao IP6, perguntou se existia alguma expectativa, relativamente às obras, porque houve algumas movimentações, há uns meses, mas, entretanto, as obras estão paradas e, obviamente, era uma preocupação, não tanto pela preocupação do trânsito, mas sobretudo pelo perigo que representa naquele troço do IP6 para quem vem para Peniche e para que vai para fora.

Gostaria de perceber qual era o andamento das concessões municipais, que estão fechadas há vários anos ou há alguns meses, em alguns dos casos, referindo-se ao Taskareia, à Nau dos Corvos e o Sportágua, porque para além de serem importantes fontes de receita, são locais emblemáticos do concelho, e era importante perceber o que

foi feito e qual era a expectativa para a abertura daqueles estabelecimentos.

A ata que aprovaram, hoje, dizia respeito à descentralização de competências. Referiu que a vontade da Câmara Municipal de recusar a transferência de todas as competências que lhe competiriam, porque as que foram aceites eram para a Comunidade Intermunicipal, foi com o argumento central de que a Câmara não estava, ainda, preparada para as receber. Disse que gostaria de perceber o que tem sido feito para preparar a Câmara Municipal, para receber as competências, porque elas vão ter que ser recebidas e, portanto, naquela organização era fundamental que o que ainda não foi feito fosse feito rapidamente.

Quer pelas contas que hoje iriam votar, quer pelo orçamento que a Assembleia Municipal aprovou, em dezembro, sabia que as despesas com o pessoal tinham aumentado exponencialmente, o número de funcionários aumentou e crê que é um sentimento generalizado de que a resposta da Câmara Municipal não melhorou, ou seja, existe uma incapacidade de dar resposta, quer a quem coloca projetos de licenciamento, quer a quem pretende informações para investir em Peniche, e chegam relatos de pessoas que estão à espera, há meses, por respostas, logo, há um contrassenso entre o investimento que se faz em funcionários e a resposta que se dá, porque o investimento nos funcionários teria que ser para melhorar a resposta. Referiu que o senhor Presidente da Câmara dizia muitas vezes que estava a arrumar a casa, mas não poderiam deixar passar muito tempo sem dar resposta às pessoas, sob pena destas irem embora e não pretenderem investir em Peniche por não terem respostas em tempo útil.

Relativamente à Berlenga e à questão da portaria, que estava para publicação, para limitar a carga humana na Berlenga, o Partido Social Democrata tinha, relativamente àquele assunto uma posição clara desde o principio, era óbvio que seria preciso haver uma limitação na carga humana, mas teria que ser pensada, dialogada e consensualizada com os vários intervenientes que têm, ali, posições relevantes, e aquilo que estava em vias de acontecer era uma imposição sem que o diálogo tivesse acontecido ou sem que aquela consensualização tivesse acontecido. Disse que, no passado, se tinha evitado e deveria ser evitado agora. Disse que pretendia deixar aquela preocupação e a esperança de se pudesse evitar um confronto daquilo que são as expectativas que foram criadas, provavelmente erradamente, mas foram criadas nos agentes económicos com posições relevantes na Berlenga, deixando, também, a preocupação pelas pessoas de Peniche que ficam um pouco alarmadas com aquela situação, de não saberem se vão poder ter as suas férias na Berlenga ou não.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos glifosatos, como foi dito na reunião de Câmara Municipal, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche era, por natureza e assumidamente, contra a aplicação de glifosatos e de outros químicos, mas, infelizmente, a Câmara Municipal, ainda, não estava preparada para intervir com sistemas alternativos, tais como a monda térmica ou com o reforço de mão de obra, para intervir nos espaços públicos, no sentido de remover as ervas e, nesse sentido, viam com bons olhos outras alternativas. Disse, ainda, que iria procurar avaliar, com os técnicos existentes e com outros que possam trabalhar com a Câmara Municipal, a dimensão da situação, referindo que a situação mais grave não era a dos espaços públicos, era a da agricultura, que era astronómica, em relação ao que se passa com a aplicação do Município de Peniche. Referiu que, da sua

parte, independentemente da aplicação e da adesão, iria procurar fazê-lo em consciência e de uma forma determinada para resolver a situação.

Em relação ao IP6, a informação dada pelas Infraestruturas de Portugal era que a obra estava prevista iniciar a treze de maio.

Em relação à concessão da Nau dos Corvos, os Técnicos Municipais entenderam propor uma avaliação da infraestrutura do edifício, pelo que foram acionados, de imediato, os meios para que o LNEC a fizesse. Deu conta que tem estado a pressionar para que o relatório lhe seja entregue, mas tem a indicação de que até ao final do mês o LNEC o fará chegar.

O Taskareia iria a concurso no dia três de junho, e o Sportágua, em princípio, será presente em reunião de Câmara para aprovação, na próxima segunda-feira.

Em relação às transferências de competências, se encaixavam nas dificuldades existentes. Referiu que era a favor das transferências de competências, mas, na sua opinião, o Governo poderia ter que esperar mais algum tempo, talvez no início da próxima legislatura, para o fazer e para avisar. Deu conta que existia um documento com a avaliação efetuada às escolas, foi feita a avaliação do edificado, por um engenheiro, que tem os mapas de referência, com os valores a ser transferidos e estava a aguardar uma reunião para negociar as propostas que têm vindo, e que iam no sentido de assumirem os valores que estavam estabelecidos numa segunda fase, com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e se houvesse alguma retificação a fazer, seria após o primeiro ano de vigência.

Em relação à habitação, aguardava a confirmação de alguns dados da Segurança Social, que tem solicitado com alguma insistência, e, caso não esteja em condições, não iria propor a aceitação daquela transferência de competências.

Em relação ao pessoal e o facto de a despesa ter aumentado, estava a ser trabalhado o novo organograma, com algumas dificuldades, porque entende que faltam técnicos e, também, porque tinha que reajustar todos os setores, inclusivamente, em termos de divisões. Referiu que, provavelmente, iria ter que aumentar algumas divisões e que haviam Chefes de Divisão muito subcarregados. Deu conta que Peniche foi o concelho que aproveitou melhor a legislação dos precários, admitindo setenta e dois trabalhadores, sendo que uma grande parte deles já estavam na Câmara Municipal, mas que uma parte substancial estava a trabalhar através de empresas de trabalho temporário. Deu conta que iriam abrir três concursos públicos, para que possam contratar mais pessoas. Referiu que estava preocupado com as despesas correntes e com as despesas de pessoal, em particular, mas que não abdicavam de defender aquilo que entendia, criar uma estrutura, que inicialmente poderia ser pesada, mas que, no seu entender, ou se fazia aquela reorganização, fazendo um novo organograma, criando condições para que a Câmara funcionasse em pleno, e conseguisse dar resposta, em todas as áreas, assumindo, claramente, que existiam limitações, pelo que aguardava que as pessoas que consiga contratar, sejam capazes, competentes e que venham com vontade de trabalhar.

Em relação à Berlenga e à Carga Humana, assumia ser a favor de se estabelecer uma carga humana, por razões de segurança. Deu conta que o Governo estava a insistir para que se estabelecesse a carga humana, tendo dito que havia uma proposta que seria igual à do início do processo, de quinhentos em permanência multiplicado por duas vezes, ou seja, duas viagens por cada barco, e que a proposta da Associação das empresas Marítimo-Turísticas era de quinhentos e setenta. Referiu que entendia que este ano, seria um ano experimental, não podendo abdicar de o fazer, por ter havido quem pressionasse

para que não acontecesse a carga humana, que na sua opinião foi um erro, e que se estivesse estabelecido aquela carga humana. Disse, ainda, que deveria haver uma atitude pedagógica, não de destabilização, tentando criar condições para que as coisas se pudessem implementar, para a defesa da imagem de Peniche e de quem vai à Berlenga. Referiu que haviam entidades que estavam a divulgar e a “vender” a Berlenga, nomeadamente, a Turismo de Portugal e o Turismo do Centro, em particular. Disse que ao criar condições de maior segurança para as pessoas, para as embarcações e para quem lá trabalha, era criar uma imagem e melhores condições na Berlenga.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Começava por referir, a rapidez como foi feita a negociação da redução do valor dos espaços pela Comunidade Intermunicipal do Oeste, era uma medida que iria deixar mais dinheiro disponível no bolso das famílias, mas que importava serem acompanhadas por uma melhoria que era necessária nos serviços prestados pela Rodoviária do Oeste.

Relativamente à questão dos pescadores do Baleal, depois de uma reunião que aconteceu na Assembleia da República, com o senhor Deputado António Sales, do Partido Socialista, foram desencadeados uma série de contactos para resolver a situação. Referiu que o que se sabia dos contactos entre o Gabinete do Secretário de Estado das Pescas, do Capitão do Porto de Peniche e do próprio Deputado, era que o Capitão do Porto de Peniche reconhecia que era uma atividade tradicional de pesca naquele local. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se tinha conhecimento de um documento que comprovava que a atividade de pesca no Baleal, que segundo o estudo da Associação Patrimonium já existia há séculos, e que havendo aquele documento da parte do Município, se as licenças de encalhe eram atribuídas, e se já tinha tratado do assunto.

Relativamente à alteração do Regulamento da Reserva Natural da Ilha da Berlenga, sobre a lotação de quinhentas pessoas, não houve diálogo com as empresas dos operadores marítimo-turísticos e que a alteração à legislação estava em consulta pública. Referiu que era um facto, que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas comunicou aos operadores, que tinham que cumprir a legislação que, ainda, não estava em vigor, impedindo a realização das viagens que, na sua opinião, existe um excesso de legalismo, uma vez que a legislação não estava em vigor por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e, apesar de limitarem a lotação da ilha, continuavam a dar licenças para novos barcos fazerem o percurso, sendo importante uma intervenção do Município, numa altura em que se inicia a época alta daquela atividade.

Relativamente às medidas da redução do consumo de água, perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se tinha em vista algumas medidas, alguma ação de sensibilização para aquela questão.

Na última Assembleia Municipal falou-se sobre o Posto da Guarda Nacional Republicana, tendo o senhor Presidente da Câmara dito que o processo de loteamento estava finalizado, que o programa funcional estava pronto, mas que o processo não avançava, porque o protocolo de cedência do terreno não tinha sido, ainda, realizado entre a Câmara Municipal e o Ministério. Referiu que sendo um processo que se arrastava há dois anos, perguntou quando irá acontecer a cedência do terreno, para que fosse construído o posto.

Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento da possibilidade da aquisição de uma propriedade no concelho de Peniche, por parte da

cadeia internacional de hotelaria “Celina”, se conhecia o investimento, e que informações poderia dar.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Relativamente à Rede Viária, gostaria de agradecer, à Câmara Municipal, o envio da informação que solicitou, chamando à atenção para o facto de não constar daquela relação, a intervenção feita na Avenida Monsenhor Bastos, que custou cento e quarenta e oito mil euros, mais IVA.

Relativamente ao IP6, chamou à atenção para o facto de existir um perigo real naquele itinerário, na zona das três vias e que era urgente verificar, que pela ausência de investimento num separador central adequado àquela via, têm acontecido acidentes graves. Fez um apelo ao senhor Presidente da Câmara e ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de falarem com as Infraestruturas de Portugal, para que se encontrasse uma solução, evitando outras situações dramáticas.

Gostaria de solicitar à Câmara Municipal que intercedesse, novamente, junto das Infraestruturas de Portugal, porque, no ano passado, a intervenção na limpeza da Estrada Nacional 114 foi efetuada em outubro, quando deveria ter sido feita antes do verão.

Relativamente à Fortaleza de Peniche, «É bom verificar que quando se assumem compromissos entre o Governo e a Câmara Municipal, eles sejam levados à prática.» Referiu que o que se viu no dia vinte e cinco, com reflexo no dia vinte e sete, era um bom exemplo do que deveria ser a relação entre uma Autarquia e o Governo.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, disse que a convite do senhor Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia da Serra d’El-Rei esteve presente numa reunião, no dia oito de fevereiro, onde foi feita uma apresentação pela equipa responsável, e ele próprio teve a oportunidade de apresentar um conjunto alargado de propostas do PDM e de fazer um conjunto de chamadas de atenção para coisas que a equipa técnica não apresentou e que eram importantes, tais como, a questão do estacionamento. Referiu que no final da reunião, ficou concluído que a equipa faria uma deslocação à freguesia, para, em conjunto, irem aos locais e conversar, *in loco*, sobre os problemas, que não foi feita. Disse, ainda, que gostaria, por uma questão de respeito entre autarquias, que antes da reunião pública, aquela reunião tivesse lugar, porque era muito importante para tomarem uma posição, relativamente ao documento, e sem aquela reunião o seu voto seria, obviamente, contra a revisão do PDM.

Em relação ao revelim nos Remédios, ficou preocupado, não pela não execução da obra, mas pela ausência de informação aos utentes, para que tenham cuidado, porque o espaço não se encontra adequado para a sua utilização pública.

Nos mandatos anteriores, também, numa perspetiva equilibrada e sensata, a questão dos Impostos Municipais foi debatida e foi objeto de algumas alterações, não muito significativas. Considerando a perspetiva que existe de aumento de IMI, que era a consequência daquilo que as finanças estavam incumbidas de fazer, neste momento, que era uma avaliação relativamente às áreas, e as consequências que isso poderia trazer para as pessoas, perguntou se a Câmara Municipal estava atenta àquela hipótese, e se estava, que perspetiva é que tinha, portanto, era necessário que aquela questão fosse equacionada, sob pena de ter efeitos práticos no bolso das pessoas.

Em relação ao Posto da Guarda Nacional Republicana, na sessão do vinte e cinco de abril, em Atouguia da Baleia, a questão foi colocada, e foi-lhe transmitido pela senhora

Secretária de Estado que o assunto estava do lado da Câmara Municipal.

O que o Grupo da Coligação Democrática Unitária gostaria de visitar, no dia oito de maio, o Centro Escolar de Atougua da Baleia, pelas nove horas, e, se possível, que fossem acompanhados pelo técnico da Câmara que acompanha a obra, e pelo Engenheiro da obra. Fez referência ao depósito da água a instalar no Centro Escolar, referindo que nunca tinha ouvido falar naquele depósito, perguntou se a questão do depósito da água, foi objeto de alguma chamada de atenção, no projeto, se existia algum ofício a chamar a atenção para aquele facto, a Câmara Municipal foi informada ou tinha que ver com o andamento da obra e com algum acompanhamento. Relativamente às infraestruturas exteriores, perguntou quando é que o projeto avançou para concurso público, e se já foi lançado ou não o concurso, relativamente ao equipamento para o Centro Escolar.

José Amador (CDU):

Disse que o Oeste era, atualmente, uma região de Portugal cada vez mais atrativa, por isso todos os anos, milhares de pessoas aqui chegavam, a Peniche, à Lourinhã, a Torres Vedras, etc., mas, também, têm algumas estruturas comuns em mau estado, por isso a sua chamada de atenção, ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, era que levantasse o problema da E.N. 8.2 na Comissão Executiva da Comunidade Intermunicipal do Oeste, porque a Oestecim tem mais força e porque existe um problema sério com as Câmaras de Peniche, Lourinhã e Torres Vedras. Referiu que aquela era uma estrada fundamental para quem nos visita, e está em péssimo estado.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação aos pescadores do Baleal, falou com eles, pediu-lhes para terem paciência, porque o assunto foi colocado à capitania e, posteriormente teria que ser tratado em reunião da Assembleia Municipal. Referiu que, assim que lhe foi colocada a questão, foi-lhes dito que estava do lado da solução e que falou com o senhor Comandante do Porto, na tentativa de o sensibilizar, mas que, provavelmente, a Câmara Municipal teria que fazer uma intervenção na zona, mostrando-se disponível para o fazer, porque reconhecia a importância daquele espaço.

Em relação à Carga Humana e à portaria, a consulta pública já tinha acabado, as licenças para os operadores marítimo-turísticos estavam suspensas e, também, foi dito pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, pelo Turismo do Centro e por outras entidades que intervinham, que o objetivo seria que as licenças continuassem suspensas e, na sua opinião, o número de embarcações deveria ser reduzido.

Sobre as medidas para a redução da água, era a favor daquela redução e da criação de novos sistemas naquele sentido, sendo que um dos problemas que os Serviços Municipalizados tinham, era o facto de se ter reduzido bastante o preço da água em 2018, baixando muito a receita, pelo que teriam que ter a habilidade e o engenho para encontrar soluções.

Em relação ao Posto da Guarda Nacional Republicana, quando o atual executivo tomou posse, o processo estava parado, não havia loteamento, mas foi-lhe comunicado, por uma técnica da Câmara, que iria tentar acabar o processo, e logo que esteja terminado avançaria. Disse, ainda, que tinha o desejo de assinar o protocolo, mantendo aquela posição desde o princípio.

Em relação ao Grupo Celina e a outros grupos, existiam vários investidores a

querer investir em Peniche, e tal como foi referido pelo senhor Deputado José Amador, existe uma grande apetência pela região Oeste e uma apetência, em particular, pelo concelho de Peniche. Disse, ainda, que existiam várias redes de hotéis que mantêm o interesse em investir e Peniche, como existem outros negócios.

Em relação à rede viária, ao IP6 e ao Separador Central, quem definia os investimentos no separador central e no IP6, não eram as Infraestruturas de Portugal, mas o Governo, e naquela situação, era sua opinião, que deviam estar todos solidários e defender o que era melhor para a região, mesmo não sendo uma solução fácil de atingir, por ser uma obra de uma dimensão muito grande, não deveriam abdicar de o tentar conseguir.

Em relação às Estradas 114 e 247, explicou, no ano passado, que havia uma orientação, da parte do Governo, para limpar as bermas e as áreas das estradas nacionais, nos concelhos de maior risco de incêndio. Referiu que, anteriormente, os concelhos que tinham praias eram prioritários para se fazer aquela intervenção.

Relativamente à Fortaleza de Peniche, o assunto seria falado noutra altura.

Em relação ao Plano Diretor Municipal, sobre a reunião com os técnicos, assumiu que não registou que tinha ficado combinado uma reunião com a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, mas que a mesma se iria fazer, antes da sessão pública, com todas as Juntas de Freguesia.

Em relação ao revelim, desconhecia do que se estava a falar, mas se a estrutura estiver em perigo, iria solicitar uma avaliação.

Relativamente aos impostos, iria verificar quais eram e se, obviamente, a carga do IMI for elevada, deveriam ser feitos alguns reajustamentos. Referiu que os Municípios e as Freguesias precisam de dinheiro para investir, mas era verdade que os concelhos eram compostos por pessoas e teria que ser verificado. Disse, ainda, que estava a tentar fazer uma proposta, que já foi sugerida no ano passado, antes de setembro, que todos iriam ter a oportunidade de conversar sobre ela.

Em relação ao Centro Escolar da Atouguia da Baleia, durante a visita, no dia oito de maio, o técnico que estiver presente irá explicar a situação, porque foi uma falha de projeto. Referiu que no processo não foi incluído um depósito, que tinha que levar e o Município terá que o pagar. Disse, ainda, que não tinha a certeza de que a escola pudesse abrir em setembro, apesar de estar a fazer um esforço nesse sentido. Deu conta que solicitou um relatório aos técnicos envolvidos no processo, o senhor Dr. Rodolfo Veríssimo, o senhor Engenheiro José Coelho e a senhora Engenheira Florinda Monteiro, para que todos tivessem a consciência sobre a razão daquilo ter acontecido e porque é que o processo tinha tantas falhas. Referiu que ele próprio, em conjunto com o júri, tiveram a necessidade de anular um dos concursos do loteamento, porque se corria o risco da obra estar parada mais dois anos. Disse que só poderiam assumir datas, quando tivesse certezas e sempre com uma margem de erro.

Em relação à questão colocada pelo senhor Deputado José Amador, era uma questão que estava em cima da mesa, era uma reivindicação antiga, já reivindicou junto de um Ministro e de um Secretário de Estado, o senhor Presidente da Câmara Municipal da Lourinhã era quem mais reivindicava, e a Câmara Municipal de Peniche deve apoiar.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, na sequência da intervenção do senhor Presidente de Câmara, foi referido que foi solicitado aos técnicos Rodolfo Veríssimo, que foi quem acompanhou o

projeto, no âmbito do 2020, o Engenheiro José Coelho, que acompanha aquele projeto, em termos de início de obra, desde abril, e a Engenheira Florinda Monteiro, que foi a técnica que preparou o lançamento dos concursos, mas talvez não fosse mau envolver dois técnicos da Câmara Municipal, que estiveram naquele projeto, sugerindo os senhores Arquitecto Ribeiro Gonçalves e o Engenheiro José Pires. Referiu que iria ficar a aguardar pelo documento, até porque o depósito deveria ser uma obra de engenharia muito difícil, porque nunca foi uma condição para executar qualquer Centro Escolar, e falava das exigências da DGEST, que nunca colocou aquela exigência, portanto, qualquer exigência naquele sentido, teria que ser assumida por alguma entidade, que a exigiu depois da obra estar lançada, que era pior, porque estavam a falar na fase de preparação ao lançamento do concurso.

Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Sobre o Centro Educativo, foi mandatado pela Assembleia de Freguesia, que reuniu na sexta-feira, para propor ao senhor Presidente da Câmara uma reunião de carácter urgente, para discutir aquele assunto. Referiu que, na sua opinião já chegava, deveria ter sido inaugurado no ano passado, era para ter sido inaugurado este ano, mas já ninguém se percebe, e quem sofria era a população, há mães que pretendem registar os filhos no pré-escolar, mas não sabiam o que fazer, pelo que se deveria assumir se iria abrir ou não, e se não abrir, porque razão não abria, porque era importante as pessoas saberem. Solicitou ao senhor Presidente de Câmara, publicamente, que fosse marcada uma reunião com a Junta de Freguesia e com quem compõem a Assembleia de Freguesia, para se discutir e tentar clarificar o que se passava, e estava na altura de responsabilizar quem tiver que ser responsabilizado.

Relativamente à questão do caminho da Barragem, se tem vindo a degradar de forma acentuada e, na sua opinião, aquele caminho envergonhava-os a todos, a irresponsabilidade com que era tratada aquela zona de proteção da própria bacia da Barragem. Referiu que desconhecia quem era o responsável por aquilo, agora, na sua opinião, estava na hora de tomarem conta da definição daquela zona de proteção da Barragem, proibindo o debitar das águas, da forma que vêm, para a Barragem. Disse, ainda, que deveria ser definido sobre qual seria a responsabilidade de cada pessoa, de cada agricultor e da responsabilidade do Município, para que se acabe com o que está a acontecer.

Relativamente à Guarda Nacional Republicana, ficou surpreendido quando lhe disseram, aquando da visita do senhor Primeiro Ministro à Fortaleza, que o assunto estava nas mãos da Câmara Municipal de Peniche, e que o arrastamento da obra avançar, relacionava-se com o facto de a Câmara não avançar com a legalização do terreno.

Deputado Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Sobre a intervenção do senhor Deputado Licínio Pereira, comungava de todas as preocupações que reafirmou, relativamente a alguns munícipes e concidadãos, que têm tido dificuldade em obter a sua reforma, mas importava, também, ser factual, uma vez que aquela questão da Segurança Social não era de 2018 e 2019, era uma questão que se vinha arrastando no tempo e em muitos elencos governativos. Referiu que, entre 2011 e 2015 houve muitos despedimentos no Centro Nacional de Pensões, em agosto de 2018

abriu um procedimento concursal para a contratação de 150 assistentes administrativos e 50 técnicos superiores. Referiu que como era sabido, que se a gestão autárquica era morosa e por vezes tem questões burocráticas, era de imaginar um procedimento concursal em que concorrem milhares de pessoas, portanto, não importava estar a dizer que 2011 e 2015 foi o Governo A ou B, porque as situações no país eram complicadas, convinha estarem todos solidários com aquela questão e que já estavam a ser tomadas medidas para que os nossos concidadãos tenham direito a uma reforma merecida.

Relativamente às comemorações do vinte e cinco de abril, sinalizou os bons momentos que ocorreram no Município de Peniche, nas várias vertentes e nas várias localidades do concelho. Disse que todos tinham a preocupação, e todos faziam discursos, na tentativa de aproximar os eleitores dos eleitos, dos autarcas, e, também dos órgãos municipais, e desconhecia se foi feita uma publicitação, junto das Associações Recreativas e Clubes Desportivos, em todo o concelho, porque viu muitas pessoas da cidade de Peniche, nas cerimónias, reconhecendo que viu muitas pessoas fora do concelho de Peniche, logo, tinham o dever, para além dos discurso que todos fazem, de, em cada Associação e em cada Junta de Freguesia, publicitar aqueles momentos.

No final de 2018, solicitou um relatório, relativamente à taxa de ocupação e as diversas atividades que foram realizadas no Centro de Alto Rendimento de Surf, que ainda não lhe foi disponibilizado. Referiu que para além do que tinha solicitado, gostaria que o informassem, na próxima sessão da Assembleia Municipal, sobre o número de protocolos, os protocolos assinados, no âmbito do Centro de Alto Rendimento.

Concordava com o senhor Deputado Ademar Marques, relativamente às concessões municipais, porque, de facto, teriam que ser mais céleres na resolução daquelas questões. Disse que, em relação à publicitação que foi feita às concessões municipais, referindo-se, por exemplo, às concessões da Berlenga, do Taskareia, reconheceu que foi um passo importante, e não era, apenas, o senhor Presidente de Câmara que estava de parabéns, eram os sete elementos que compõem a Câmara Municipal, porque foi uma decisão tomada naquele órgão.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente da Mesa deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, tendo informado que estes deveriam identificar-se e estarem mandatados para os assuntos que iriam apresentar, sob pena de a Mesa não aceitar as intervenções.

Apresenta-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

CARLOS MANUEL FRANCO CORREIA AMARO:

Fez referência à Segurança Social, dizendo que a mesma estava falida. Disse que o Produto Interno Bruto (PIB) era de cento e oitenta mil milhões de euros, e a dívida era de duzentos e quarenta mil milhões, portanto, cento e vinte e quatro virgula seis por cento do PIB empenhado, e como era sabido, todos os anos a esperança de vida aumentava, e a segurança social aumentava, também, a idade da reforma.

Relativamente ao Hospital, disse que se fosse o senhor Presidente da Câmara, iria

junto do Governo Central e dizia-lhes que o hospital estava dentro da sua cidade, para servir os seus municípios.

Sobre o Plano Diretor Municipal, disse que existiam três designações, urbano, agrícola e industrial.

Referiu que, em relação à Berlenga, todos os barcos seriam da Câmara Municipal.

ADRIANO CONSTANTINO:

Relativamente às autocaravanas, perguntou se estava previsto, para este ano, alguma mudança, ou se continuava a ser como antes, em que as autocaravanas estacionam em qualquer local, muitas delas na Papôa, que é um local que merece um olhar mais cuidado, da mesma forma como estavam a fazer com o monumento ao *San Pedro de Alcantara*.

Relativamente à Berlenga, perguntou se exista a possibilidade de os pescadores terem nas suas casas uma casa de banho, porque não era justo para quem chegava do mar, ir a casas de banho públicas, onde vão turistas. Referiu que era, também, importante, substituir os telhados.

Deu conta que tem sido alertado, por familiares, sobre a falta de condições na Ponte que vai do Paço aos Bôlhos. Perguntou se havia conhecimento da situação e se estava alguma coisa a ser tratada.

CARLOS JORGE DIAS MOTA:

Em primeiro lugar, agradeceu ao executivo, a colocação de um parque de estacionamento à porta da sua empresa, que valorizou muito o espaço.

Disse que teve conhecimento, através de uma notícia online, que tinham tirado uma âncora que estava no Alto do Vilas. Perguntou qual era a promoção feita ao turismo, porque do seu ponto de vista, estava em perigo para desaparecer. Disse, ainda, que como operador, que vive do turismo, não via muito que fazer quando não está tempo para ir à praia. Deu conta que existia muito património local vandalizado. Solicitou que fosse restabelecida a âncora no Alto do Vilas.

LUÍS BORGES RENDEIRO:

Disse que, em nome pessoal, reiterava a preocupação que o senhor Adriano Constantino tinha, relativamente às autocaravanas da Papôa, porque era algo que o assustava um pouco, visto que existe, no local, sinalização para o não estacionamento das autocaravanas, e não percebia muito bem se a Polícia tinha permissão e porque razão não autuava e não vigiava, porque têm estado autocaravanas estacionadas nos locais onde é proibido estacionar.

Em nome da Patrimonium, agradeceu o voto de louvor, referindo que seria injusto da sua parte não o retribuir à senhora Vereadora Ana Rita Petinga, porque a exposição abordada pelo senhor Deputado Henrique Estrelinha, era uma coprodução entre a Patrimonium e o Departamento da Cultura, que correu bem. Informou que a exposição tinha itinerância para Ílhavo e para a Murtosa, convidando aqueles que não visitaram a exposição, a visitá-la, no Museu das Rendas, até ao dia vinte e nove.

Convidou a Assembleia da Municipal e a população, para estarem presentes no

festival “Amigos de Peniche”, que se realizará nos dias três, quatro e cinco de maio, referindo que iria ser um mercado quinhentista de recriação, que terá, durante a noite, bandas de rock locais.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Agradecia ao senhor Luís Rendeiro o convite, felicitando a Patrimonium pelas iniciativas que têm levado a cabo.

Relativamente às autocaravanas, era um assunto que, regulamente, era discutido na Assembleia Municipal, assunto esse que, regularmente, lamentavam que não tenha solução e, de facto, deveria preocupá-los a todos, que os sinais que vão encontrando este ano, não sejam encorajadores, relativamente àquele aspeto. Disse que o ano passado foi um ponto muito baixo, do historial das autocaravanas, e esperava que este ano não se repetisse o que aconteceu.

Relativamente ao pináculo da Guarita, esperava que fosse possível reconstruir aquela Guarita como estava, porque era de facto um elemento marcante da identidade de Peniche e, portanto, era fundamental que pudesse ser reposta, mas não se deveriam preocupar apenas com a que caiu, que felizmente foi salvo pelo senhor Carlos Mota, deveriam preocupar-se com as outras Guaritas e com a Muralha da Fortaleza virada a sul, que, ainda, aguarda uma intervenção. Disse, ainda, que era, de facto, uma preocupação premente, porque o que aconteceu naquela Guarita, poderia acontecer nas outras, portanto, era fundamental que houvesse uma intervenção de salvaguarda do património, para não o percam definitivamente.

Em função do que tem acontecido nas últimas Assembleias, considerava que deveriam ponderar a antecipação do período de intervenção do público, não para o princípio da Assembleia Municipal, porque da experiência que têm das Assembleia Municipal extraordinárias, a intervenção do público no princípio, normalmente, não há muitas intervenções, portanto, foi o motivo que levou a considerar que não seria o mais oportuno ser no princípio, mas considerava, em função das referências repetidas que têm acontecido, que talvez devessem contemplar uma alteração para antecipar, um pouco, na hora.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

A questão das autocaravanas foi muitas vezes debatida, referindo que a área da jurisdição da Guarda Nacional Republicana era mais controlada do que na cidade, devendo ser uma questão a ser alterada.

Relativamente à ponte do Paço, disse que era importante saber o ponto de situação do estado da ponte.

Agradeceu o convite do senhor Luís Rendeiro para estarem presentes no festival “Amigos de Peniche.”

Disse que concordava com o senhor Deputado Ademar Marques, quando disse que as intervenções que faziam resultavam do contato que tinham com a realidade de Peniche, mas também com as pessoas de Peniche, que lhes transmitiam aquilo que eram os problemas.

Em relação à âncora, disse que iriam esperar pela resposta do senhor Presidente da Câmara.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao público, deveriam melhorar, mas era importante que o público fosse às Assembleias Municipais.

Em relação às autocaravanas, disse que era um dos problemas mais graves que o concelho tinha, que teria que ser resolvido dentro da medida do possível, lembrando que já foi dito, mais do que uma vez, que este ano, assim que os serviços pudessem, iriam começar a ser instalados limitadores de madeira na Marginal Norte, sendo que havia todo o interesse de o fazer na Papôa e em outros locais. Disse, ainda, que se teria que visitar o processo, que vinha do mandato passado, relativamente ao estacionamento daquela zona, para se decidir o que fazer.

Em relação ao San Pedro de Alcantara, a candidatura era uma mais valia para Peniche, tal como a candidatura do Morraçal da Ajuda, porque irão ser uma forma de enriquecer a oferta do património e da história de Peniche, quer para quem vive, quer para quem visita Peniche.

Em relação às casas de banho dos pescadores da Berlenga, era impossível e impensável que se conseguisse, de um momento para o outro, fazer casas de banho para todas as casas dos pescadores da Berlenga, porque há muito que fazer do interesse coletivo, nomeadamente as casas de banho públicas, a questão do abastecimento de água, a questão do tratamento e do saneamento, o abastecimento de eletricidade, entre outros. Disse que se iria procurar fazer, porque era um compromisso para com os pescadores da Berlenga.

Em relação à ponte, desconhecia em que situação estava dando conta que tiveram uma reunião técnica com uma empresa que, em princípio, a Câmara Municipal iria contratar, para a avaliação de todas as pontes existentes no concelho de Peniche.

Em relação à questão da âncora, foi retirada do espaço onde estava para ser tratada. Deu conta que quando o informaram do estado do monumento ao Dr. Bilhau, no imediato, tentaram intervir.

Relativamente ao Festival Quinhentista, independentemente das dúvidas e das responsabilidades que eram sempre suscitadas, independentemente da envolvente financeira poder criar alguns anseios, por ser uma verba considerável, e que nos deve responsabilizar, e responsabilizar, também, a Patrimonium e a Câmara Municipal, essencialmente.

Em relação ao pináculo, o objetivo era recuperar a Guarita tal como, provavelmente, deveriam ser todas as outras. Referiu que estava a ser questionado e estava a ser tratado, em termos de candidatura que estava para ser submetida aos fundos comunitários, assim que abrisse o aviso.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Apresentou uma proposta do Partido Socialista para a constituição de uma comissão municipal, não remunerada, de avaliação dos contratos de execução de competências delegadas e dos contratos interadministrativos de delegação de competências: *“Considerando que os atuais contratos não são revistos desde 2013, apesar de se perspetivar na sua assinatura, que deveriam ser objeto de revisões anuais. Considerando a necessidade de adaptar os contratos às situações atuais e específicas de cada freguesia.*

Considerando que a Câmara Municipal até ao momento, não propôs qualquer alteração ou ajuste. Considerando que é urgente, dotar as juntas de freguesia de meios, para que possam chegar onde a Câmara Municipal não tem capacidade para chegar. Considerando que o diploma setorial da transferência de competências para as freguesias, no âmbito do processo de descentralização para as autarquias e entidades intermunicipais, que foi aprovada em Conselho de Ministros e promulgado pelo Presidente da República, só deverá produzir efeitos em 2021, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõem que a comissão municipal de avaliação dos Contratos de Execução de Competência Delegadas e dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, sejam compostas pelos seguintes elementos: Presidente da Câmara Municipal de Peniche, um representante de cada grupo municipal, com assento na Câmara Municipal, um representante de cada grupo municipal, com assento na Assembleia Municipal e os Presidentes de Junta de Freguesia, ficando a possibilidade de a Comissão, no decurso dos trabalhos, convidar outras entidades que considera relevantes. Esta Comissão deve reunir já no próximo mês de maio e deve reunir mensalmente ou com mais frequência, para que seja possível apresentar um relatório desta avaliação no mês de outubro e para possibilitar a integração de verbas, que permitam fazer alterações aos atuais contratos no Orçamento e grandes opções do plano, para o ano de 2020. Deve ainda, ser produzido um relatório das condições ideais para servir as populações e devem ser enquadradas condições mínimas a ser aplicadas em 2020, para que as condições ideais possam ser aplicadas em 2021. Peniche, vinte e nove de abril de 2019.”

Saudava a iniciativa dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata, para as autarquias sem glifosato e herbicidas. Em resposta ao senhor Deputado Licínio Pereira, disse que haviam Juntas de Freguesias que não estavam a cumprir, referindo que a Junta de Freguesia de Ferrel seria uma delas, porque era complicado cumprir. Propôs que a Câmara Municipal pensasse em adquirir maquinaria própria para que as Juntas de Freguesia pudessem, também, assumir a responsabilidade de adquirir, quer as máquinas de limpeza de passeios, quer as roçadoras, com a devida proteção, na ordem dos três mil euros por Junta e de um investimento que não chegava aos dez mil euros, que contribuía, notoriamente, para a qualidade de vida dos cidadãos que, na sua opinião, deveria ser enquadrado.

Perguntou como é que estava a questão da energia das ondas.

Perguntou se houve alguma alteração, relativamente à fiscalização do campismo/caravanismo, porque na altura não existiam veículos para a fiscalização.

Sobre a fiscalização na área dos resíduos sólidos urbanos, continuava a haver falta de cuidado por parte de muitos cidadãos, e se houvesse fiscalização poderia existir algumas medidas que ajudasse.

Perguntou se já foi discutida em reunião de Câmara, a sugestão que deu, de fechar dos bares ou estabelecimentos mais cedo.

Não tem recebido, desde o início do ano, a convocatória para a reunião do mapa de trabalhos, desconhecendo se mantinham aquelas reuniões.

Perguntou como estava a questão dos asfaltamentos das ruas e quando estava previsto começar.

Sobre a época balnear, a Junta de Freguesia de Ferrel teve uma reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente, e uma das questões foi a época balnear e a ideia de se alargar a época balnear, de maio a outubro, tendo tido conhecimento que Peniche não solicitou alargamento. Perguntou porque razão não se alargava a época balnear, uma vez que têm muitos visitantes que permanecem até ao Campeonato Mundial de Surf.

Sobre a questão da praia acessível, Peniche devia ter mais acessos nas praias para

peessoas com mobilidade reduzida, sugerindo que se deveriam pedir algumas dicas ao senhor Walter Chicharro, numa reunião da Oestecim.

Relativamente à questão colocada pelo senhor Presidente de Junta de Atouguia da Baleia dos caminhos agrícolas, existiam muitos agricultores que colaboravam e outros que desrespeitavam bastante. Disse, ainda, que solicitou um parecer jurídico à ANAFRE, que dizia que não havia coima, porque teria que existir um código de posturas municipal, não havendo, teria que a Junta de Freguesia chamar a autarquia e as autoridades, que teria que identificar o infrator e, no prazo de seis meses, a Junta de Freguesia decidia se apresentava queixa ou não, mas, na sua opinião, a Câmara Municipal deveria ter alguma intervenção naquele âmbito.

Em relação às tolerâncias de ponto, na sua opinião, tem havido um exagero. Referiu que no Natal, o dia 26 foi dado pelo Governo e, posteriormente, foi dado o dia 2 de janeiro, no carnaval era a segunda e a terça-feira, e na Páscoa, existe a Sexta-Feira Santa, e não se recordava de ocorrer, nenhuma celebração na quinta-feira de tarde, não compreendendo porque razão se dava aquele dia aos funcionários. Referiu que ao fazer um pequeno cálculo, sendo que, dois dias e meio dariam vinte horas de trabalho, multiplicando por quatrocentos trabalhadores eram oito mil horas, como poderiam dizer aos munícipes que não houve tempo para tratar dos seus assuntos, mas era a sua opinião.

Presidente de Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que:

Relativamente à questão dos herbicidas, concordava com o princípio, e em Atouguia da Baleia estavam, também, a transgredir de forma legal, porque os produtos que utilizavam não eram os mais adequados, mas estão enquadrados no regulamento que permite a sua utilização. Disse, ainda, que se Ferrel não tinha condições, a Atouguia da Baleia teria menos condições, porque era uma freguesia com maior dimensão, com muitas localidades dispersas, inclusivamente sem o equipamento necessário. Referiu que era obvio que para isso, a Câmara Municipal teria que os ajudar a fazer a reconversão, na prática, da aniquilação das ervas nas ruas. Disse que seria bom que se alterasse o princípio e a filosofia da aniquilação das ervas, mas teria que ser ponderado, porque teriam que ter pessoas e maquinaria, ou seja, na prática teriam que ter alternativas, pelo que seria o primeiro a estar de acordo com aquela alteração.

Estava de acordo com a ligeireza como se davam tolerâncias de ponto, concordando com o senhor Presidente de Junta de Ferrel, mesmo sabendo que tem aderido, em consonância com a Câmara Municipal. Disse, ainda, que não era contra a concessão de tolerâncias de ponto, porque, na sua opinião, há momentos que se justificavam, mas teriam que ser, na sua opinião, mais rigorosos naquele assunto.

Presidente de Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Não tinha a opinião dos seus colegas, sobre a questão da tolerância de ponto, aliás, na semana santa, existem vantagens para as economias, nomeadamente de Espanha, o facto de existir aquela semana. Referiu que tinha uma dúvida, a época do Carnaval.

Relativamente à questão dos produtos, desde o dia dezanove de outubro de 2017, nunca mais se aplicou qualquer produto daquela natureza, na Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, e a Câmara Municipal de Peniche foi obrigada, face à legislação, a tomar um

conjunto de medidas, que passou pela formação dos funcionários, foi das Câmaras que preencheu todos os requisitos legais que a lei impôs, relativamente aos produtos a aplicar. Disse, ainda, que os requisitos da Câmara Municipal, desde então, foram todos eles, relativamente às exigências que o Ministério da Agricultura impôs, respeitados, falava sobre os produtos, a formação dos funcionários, ao espaço que teve que ser construído nos armazéns da Câmara Municipal, não querendo dizer que esteja de acordo com os produtos que são colocados, daí não os aplicar. Disse que havia um problema complicado, que tinha que ver com a manutenção de tudo o que eram ervas, na zona rural, em que muitos arruamentos não têm passeio. Sobre a questão da limpeza dos arruamentos, disse que tinham o problema das pessoas e das roçadoras, e encontrar uma solução diferente da aplicação de produtos, iria obriga-los a um esforço muito grande, mas o que as Juntas fazem, e bem, em cada uma da sua área de influência, não era uma competência da Junta de Freguesia, mas era natural que seria necessário que sobre aquela situação se tomassem algumas medidas adicionais.

Licínio Pereira (GCEPP):

Disse que, em relação à higiene e segurança, foi dito muito pouco, não tendo ficado esclarecido.

Em resposta ao senhor Deputado Ângelo Marques, disse que as pessoas compreendiam que o problema não se poderia resolver em dois anos, o que as pessoas não compreendiam era a forma arrogante e prepotente que o senhor Ministro da Tutela tinha, porque ela não respondia à senhora Provedora de Justiça.

Ângelo Marques (PS):

Disse que:

Comungavam das preocupações, que estavam muito sensibilizados, porque era uma questão que prejudicava, obviamente, pessoas que trabalharam ao longo da vida, e foram encetados os mecanismos para contratação de cento e cinquenta assistentes técnicos e cinquenta técnicos superiores, para fazer face àquilo que foi uma debandada de funcionários da Segurança Social.

Relativamente à opinião do senhor Deputado Licínio Pereira, sobre o senhor Ministro Vieira da Silva, que foi, em termos sociais, das pessoas mais emblemáticas em Portugal, não comungavam, de todo, daquela opinião.

Presidente de Junta da Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

A Junta de Freguesia de Peniche, inicialmente, usava sal, entretanto, receberam um email do senhor Engenheiro Nuno Cativo, Chefe da Divisão de Energia e Ambiente da Câmara Municipal, e deixaram de o usar. Deu conta que a Freguesia de Peniche custeou, a cem por cento, uma máquina para cortar ervas com discos de aço, cujo custo foi de mil e seiscentos euros, o problema era que cada disco custava cem euros, que fazia dezasseis horas de trabalho. Referiu que foi contratada uma pessoa, em regime de CEI+, que andou unicamente a retirar ervas. Disse que discordava do senhor Presidente de Junta de Ferrel, relativamente às comissões, porque não iria levar a nada, parecia uma brincadeira, parecia os putos da escola primária, aliás, era o jardim de infância.

Gostaria de ver resolvido, uma vez que não era revisto, desde 2013, o Protocolo Interadministrativo e de Delegação de Competências, porque a Freguesia de Atouguia

da Baleia tem o apoio da Câmara Municipal em nove funcionários, e deveria ter vinte, porque tem quarenta e dois quilómetros quadrados e dezasseis localidades, a Freguesia de Peniche tem seis funcionários, a Freguesia de Ferrel tem cinco e a Freguesia da Serra d'El-Rei tem quatro, que não era equitativamente correto. Deu conta que a Junta de Freguesia de Peniche enviava relatórios semestrais, como estava escrito no protocolo, para o senhor Presidente de Câmara.

Deu os parabéns à Junta de Freguesia de Peniche, pela realização do passeio da Rua de Santana, que estava há muitos anos por fazer, pelo excelente trabalho que tem feito e a todos os funcionários.

Em relação às tolerâncias, não tinha problema nenhum em dá-las, porque os seus funcionários estavam sempre disponíveis para colaborar.

Ademar Marques (PSD):

O Partido Social Democrata, relativamente à proposta do Partido Socialista para a Comissão Municipal de Avaliação dos Contratos de Execução, disse que desde o dia em que foram aprovados os contratos, disseram que estes precisavam de ser reavaliados ao fim de um ano, precisamente porque acharam, desde o princípio, que haviam algumas coisas que não iam correr bem, como se verificou que não correram, a verdade foi que passaram alguns anos e, até ao momento, aquela avaliação não foi feita. Disse, ainda, que tinha dúvidas que aquela comissão fosse a forma mais eficaz de o fazer, mas se for a única, parecia-lhe uma boa solução e, portanto, poderia contar com o voto a favor. Referiu que esperava que se assumisse que era um problema, que teria que ser olhado no concreto, vendo quais eram as competências que cada Junta de Freguesia tinha, e quais eram as necessidades que, em função daquelas competências, não lhe parecia ser uma brincadeira de crianças, parecia-lhe ser uma forma, mais eficaz, de tentar resolver as coisas, em diálogo, e por isso, iria contar com o seu voto a favor e o voto a favor da bancada do Partido Social Democrata.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao Caminho da Barragem, concordava que teria de ser feito, mas, acima de tudo, os agricultores teriam que estar do lado do Município, estabelecendo novas regras, provavelmente, intervir nos taludes e no desvio das águas, que era o grande problema.

Relativamente ao Centro Escolar de Atougua da Baleia, todos ouviram que havia uma indicação de que era para abrir no ano passado, tudo bem, mas alguém se enganou. Referiu que tinha esperança que fosse este ano, de momento estava a fazer um esforço naquele sentido, mas existia o risco de não poder abrir, em setembro, mas tudo iria ser esclarecido e todos ficarão a perceber, porque houve a falha do depósito.

Em relação à publicitação das concessões, disse que procuravam fazer o melhor possível, na sua opinião, e em termos de comunicação estavam melhor, mas, naturalmente ainda existiam falhas.

Em relação à questão colocada pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, a comissão e a avaliação poderiam ser feitas, mas teria que ser tudo analisado, e que se perceba a forma de cada Junta de Freguesia gastar o dinheiro.

Os técnicos eram apologistas de continuar a aplicar os materiais que eram mais eficientes e que dão mais resultados, mas, de momento a Câmara Municipal não

comprava glifosatos, por sua ordem. Referiu que aguardava os resultados, quais os produtos que estavam a ser estudados, em alternativa, para que sejam amigos do ambiente, mas o ideal era não colocar produtos químicos. Disse que gostava de viver num concelho sem químicos.

Ainda sobre a questão da comissão, iria participar na comissão que, na sua opinião, vai dar muito trabalho.

Em relação às questões dos resíduos sólidos e à fiscalização, mesmo que exista alguma dificuldade, porque razão não era enviado um email para a fiscalização ou para a Divisão de Energia e Ambiente, chamando a atenção.

Em relação ao Regulamento dos Horários dos Bares, o assunto estava a ser trabalhado.

Relativamente às reuniões de mapas de trabalho, fazer reuniões de mapas de trabalho para informar que os trabalhadores da Câmara, no essencial, estavam a trabalhar naquilo que era da responsabilidade municipal, era estar a ocupar tempo aos senhores Presidentes de Junta a dar-lhes conta.

Em relação aos asfaltamentos, aguardava pela Oestecim para fechar o acordo quadro, para se negociar, mas, naturalmente, não seria adjudicado sem falar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, para ver se existe uma plataforma de acordo.

Em relação à Agência Portuguesa do Ambiente e ao alargamento da época balnear, foi uma decisão da Câmara Municipal e, na sua opinião, a época balnear teria que ser alargada para as praias e, inclusivamente, para a Berlenga, dando condições de segurança às pessoas. Deu conta que tem solicitado, com alguma insistência, as condições das concessões de praia, da responsabilidade da Agência Portuguesa do Ambiente, para reunir com os concessionários. Disse, ainda, que pretendia que o concelho de Peniche tivesse grande parte do ano ou talvez todo o ano, pelo menos nas praias mais frequentadas, uma estrutura para os nadadores salvadores com os concessionários, que teriam de ser pago. Disse que teriam que avaliar e analisar com a certeza de que o concelho de Peniche teria que ter melhores condições para quem vem para cá e para os frequentadores das praias e de outros espaços apetecíveis.

Em relação ao senhor Válder Chicharro, por vezes falava com ele, mas não sabia porque razão o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel não lhe pedia dicas. Disse, ainda, que sobre o código de posturas municipais, se deveria trabalhar naquela questão.

Sobre as tolerâncias de ponto, sempre foi a favor delas referindo que criou um sistema de trabalho, na Junta de freguesia, que muitas vezes bonificava os trabalhadores, até porque a maior parte dos trabalhadores eram muito mal pagos, e partindo daquele princípio, ficava bem, de vez em quando, um prémio. Disse sempre que fazia sentido haver dias especiais, que eram dias de família. Disse que, na sua opinião, não fazia sentido não dar tolerância de ponto no Carnaval, quando o Município de Peniche vinha, há anos, a apostar no Carnaval.

Relativamente à questão da Saúde, Higiene e Segurança no trabalho, estava a procurar dar melhores condições àquele setor que, na sua opinião, era muito importante para os seus trabalhadores. Referiu que solicitou que fossem exigentes, mas que, também, estavam num patamar de oportunidades de formação, uma exigência que iria trazer mais valias e mais segurança.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que solicitou a palavra, porque foram faladas algumas questões, em relação à sua intervenção. Relativamente à tolerância de ponto, acabou por tocar no ponto que, na sua opinião, era essencial, como exemplo, rendia mais o dia 26 de abril para a economia.

Disse que no caso do investimento municipal, a rondar os dez mil euros para as Juntas de Freguesia, servia para se começar a perceber e para que pudesse ser de outra forma que, na sua opinião, todas as questões deveriam ser vistas equitativamente. Referiu que não colocou o senhor Presidente da Assembleia Municipal na proposta, porque achou que ficasse subentendido que iria gerir aquela comissão.

Relativamente à delegação de competências, em defesa da honra, tinha a mesma opinião do senhor Presidente de Câmara, que, se fizesse a comissão, se discutisse e que se avaliasse e que tudo deveria ser visto. Disse que era verdade que a Junta de Freguesia de Ferrel deixou de fazer relatórios e não os vão fazer enquanto o assunto não for avaliado, porque no início do mandato enviaram um documento que, na altura, o senhor Presidente disse que tinha sido o melhor documento das quatro Juntas de Freguesia, e ainda aguardava a resposta e a avaliação daquele documento, por isso não fizeram mais, porque aquele relatório demorou três dias a fazer.

Em relação ao facto de a Comissão ser de crianças ou não, na sua opinião, aquilo só poderia ser dito, por quem não entende o que é uma Junta de Freguesia, não entende o que é uma comissão, nem entende o seu fundamento. Referiu que se houvesse tempo para trabalhar, cada Junta apresenta o que entendia e chegariam um consenso rapidamente, era uma questão de colocar tudo por escrito, estudarem e trabalharem os assuntos, e deveria ser mesmo tudo visto, porque há Freguesias de uma forma e Freguesias de outra, e era verdade que a cidade tinha cerca de treze mil eleitores, mas quantos quilómetro de caminhos agrícolas é que a cidade fazia. Disse, ainda, que quando era a Festa de Peniche, o anterior senhor Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, costumava gabar-se que mandava o pessoal de férias naquela altura, pelo que questionou quem fazia a limpeza durante a Festa de Ferrel, quem tinha que socorrer a Almagreira, o Baleal, o Parque de Merendas, que até vídeos o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche fez, que deveria estar feito, dando indicação para se verificar como estava, sugerindo que, neste momento é que deveriam fazer o vídeo. Referiu que quando há as festas do Bom Jesus, de Santa Quitéria e de Santo Estevão, no Baleal, que tem dinheiro para colocar na obra do Baleal, perguntou quem iria socorrer aquelas pessoas, no Bom Jesus, o senhor Presidente da Câmara Municipal, que era legítimo, disse que não emprestava o camião, porque, antigamente, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Jorge Amador, emprestava-o, e havia a possibilidade de levar e trazer tudo de uma vez, este ano tiveram que ir três dias com as duas carrinhas, porque não havia outra hipótese. Referiu que não se poderia emprestar os camiões para festas, mas para dar tolerância havia tradição, pelo que questionou se aquela festa não era uma tradição, se apenas haviam tradições dos portões de Peniche para dentro. Disse, ainda, que era necessário, por vezes, saber-se o que estavam a falar, e estava a falar só por alto, porque se forem ver ao fundo da questão o que é que cada Junta de Freguesia, tinha medo de se colocar na Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, porque era preciso verificar as competências de cada Junta de Freguesia, ou seja, ver quais eram os jardins que cada uma fazia, quais as obras que cada uma faz, porque se falava que a Junta de Freguesia de Ferrel não fazia obras, mas deveriam ir ver o Cemitério, porque houve um funeral, o senhor Presidente da Câmara Municipal esteve lá e, naquele dia, já não haviam covais, pelo que se deslocou à Câmara

Municipal para falar com a senhora Engenheira Filipa Clara e não havia ordem para ir pessoas de Peniche para Ferrel, e se alguém falecesse não havia espaço para as colocar. Deu conta que o senhor Afonso Clara esteve lá, no mesmo dia, e perguntou como é que aquilo era possível, que se fosse com ele não iria dormir descansado e, ele próprio, também não dormia descansado, e foi lá uma empresa de Ferrel, de graça, fazer aquilo, e funcionários da Junta de Freguesia de Ferrel que andaram lá, inclusivamente aos fins de semana. Disse, ainda, que os funcionários da Junta de Freguesia de Ferrel, também, trabalhavam ao fim de semana e interrompiam férias. Disse que a Comissão deveria ser feita, porque se deveria perceber de uma vez por todas, o que era cada Junta de Freguesia, o que cada uma precisava, quais eram as suas competências, o que cada uma executava e onde se poderia socorrer, porque, por exemplo, Cultura, 25 de Abril, a sessão solene, por indicação do senhor Presidente da Assembleia Municipal foi em Atouguia da Baleia, que achou muito bem e haveria de ser itinerante, mas e o resto, onde é que havia 25 de Abril nas zonas rurais, se não forem as Juntas de Freguesia a fazê-lo, e no Carnaval, e outras. Referiu que a Cultura funcionava, lá fora, porque eram as Juntas de Freguesia a fazer. Deu conta que no relatório que entregou, que foi o melhor, tinha dois mil euros anuais para a Cultura, aliás, era uma proposta e, posteriormente, poderiam apresentar contas. Informou que enviou, à Câmara Municipal, tudo o que lhe foi pedido, ou seja, situação financeira e relatórios, inclusive, disse para irem visitar as condições da Junta de Freguesia, mas ainda estava a aguardar que lá fossem. Disse que a Comissão deveria ser feita e verificar tudo, ao pormenor, e se fosse necessário faziam-se relatórios.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel que o Presidente da Assembleia Municipal não tinha que estar na comissão, teria que a instalar.

Questionou os senhores Deputados se concordavam com a admissão da proposta, para a constituição da Comissão Municipal de Avaliação dos Contratos de Execução de Competências Delegadas e dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a proposta apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, não era estranha, até porque lhe tinha informado que estava a trabalhar naquele sentido, no entanto, mantinha uma posição coerente, também, relativamente àquilo e, na sua opinião, aquela avaliação tinha e deveria ser feita, referindo que não tinha documentos em atraso, os relatórios foram todos entregues, e achava mal que o senhor Presidente da Junta de Ferrel não o fizesse e que deveria fazê-lo, porque era obrigado a isso. Referiu que, na sua opinião, aquela proposta enferma duma questão que era fundamental, primeiro, era bom perceber até onde é que a Câmara Municipal de Peniche estava disponível a discutir aquela proposta, porque o envelope financeiro seria da Câmara Municipal, segundo, a questão das competências, ele teria que olhar para aquela proposta, tendo por base o que estava ali escrito, e como era sabido iria haver uma nova Lei, um novo Diploma que já foi aprovado pelo senhor Presidente da República, que falta promulgar, e terá efeitos a partir de 2021, ou seja, vão discutir uma coisa que vai ter uma duração de um ano e meio e depois logo se verá, porque algumas das competências que estavam a falar estão naquele Diploma. Referiu que era da opinião de que, de acordo com a proposta apresentada, entendia que a mesma não deveria ser

votada hoje, que deveria ser avaliada pelo Executivo Municipal, que deve dizer até onde estava disponível ir naquela área. Referiu que iria haver uma Assembleia Municipal em junho, e naquela data definiam uma estratégia, relativamente à questão da Descentralização, ou seja, o que estava a dizer era em coerência, também, com aquilo que defendeu quando discutiram na Assembleia Municipal os Diplomas a passar do Governo Central, ou não, para a Câmara Municipal, em que disse que não concordava, por diversos motivos. Disse, ainda, que aquele documento era uma base de trabalho, deveria ser avaliado pela Câmara Municipal, deveria ser incluído na ordem de trabalhos de junho, para uma avaliação e decisão, da Comissão avançar ou não.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não seria a primeira vez que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei seria incoerente e, portanto, como ontem já era tarde, deveriam votar hoje, embora o Partido Socialista, como preponente devesse ter uma palavra a dizer sobre o assunto.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que o Partido Socialista considerava que deveria ser votada hoje. Referiu que a questão que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei colocou, não fazia sentido, porque o Executivo iria estar na comissão.

Rui Cativo (GCEPP):

Disse que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche achava que deveria ser votada hoje.

Submetida a admissão da proposta apresentada pelo Partido Socialista, sobre a Comissão Municipal de Avaliação dos Contratos de Execução de Competências Delegadas e dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, o seguinte resultado:

Contra: Zero (0)

Abstenções: Duas (2) - da eleita do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche.

Favor: Vinte e três (23) - dos eleitos do Partido Social Democrata, do Partido Socialista, da Coligação Democrática Unitária e pelos restantes membros eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Submetida a proposta apresentada pelo Partido Socialista, sobre constituição da Comissão Municipal de Avaliação dos Contratos de Execução de Competências Delegadas e dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por maioria, o seguinte resultado:

Contra: Três (3) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Peniche.

Abstenções: Oito (8) - dos eleitos da Coligação Democrática Unitária e do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Favor: Treze (13) - dos eleitos do Partido Social Democrata e do Partido

Socialista.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a Coligação Democrática Unitária nada tinha contra a proposta, relativamente ao aperfeiçoamento e ao alargamento da descentralização, não concordavam com o método, com a forma como foi apresentada, mas, naturalmente, não poderiam ter uma votação contrária, até porque o princípio da descentralização estava adjacente na proposta da Coligação Democrática Unitária.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Em relação ao que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel referiu sobre os camiões, disse que solicitou uma informação aos serviços, que entendem ser uma ilegalidade.

Sobre a questão do cemitério, disse que o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel assumiu que faria a obra, e foi dito em frente aos técnicos.

Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que a Junta de Freguesia de Ferrel fazia os muros, se fossem de vinte metros, mas relativamente aos covais, teriam que fazer fundações, teve que andar lá máquinas a trabalhar, armações de ferro, cofragens e não têm as ferramentas nem a maquinaria necessária para fazer num espaço curto de tempo. Disse, ainda, que tinha o mapa de obras do ano 2017, entre o dia dez de julho e um de setembro, no final do mandato anterior, onde constava a construção do muro do cemitério a começar no dia 24 de julho.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2018:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2019, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Agradeceu a apresentação da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, mas fazia-lhe

alguma confusão, a existência de um contrassenso ou de um contraciclo, que aqueles números evidenciavam, relativamente à cobrança dos impostos pelas finanças, em que, como bem disse, subiram em todos, sem necessidade de encontrar justificação para as quebras, e daqueles que dependiam da cobrança na Câmara Municipal houve uma quebra, portanto, havia um contrassenso ou um contraciclo, que era difícil de explicar, porque se o IMT disparou e se os outros indicadores de investimento imobiliário, também, dispararam, como não acreditavam que, subitamente, todas as pessoas cumpriam as regras que eram impostas, de facto havia qualquer coisa que faltava explicar sobre aquela quebra.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que as contas da gerência, responsabilizava quem geria a Câmara Municipal, a posição da Coligação Democrática Unitária seria de abstenção.

Referiu que tendo o IMI e o IMT uma importância muito grande nas receitas municipais, verificou que os valores para os empréstimos para obras que estão em cursos, estavam bem claras, e tinham muita honra naquilo.

Deliberação n.º 24/2019: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2018, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Oito (8) - dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche.

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Dezassete (17) - dos eleitos do Partido Social Democrata (8), do Partido Socialista (5) e da Coligação Democrática Unitária (4).

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas do Município de Peniche, relativos à gerência de 2018, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2019:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2019, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse que, obviamente, a aplicação do saldo de gerência e distribuição pelas rubricas era uma competência de quem geria a Câmara Municipal, mas existiam opções que eram difíceis de compreender que, na sua opinião, evidenciam algum desnorte na forma como aplicar o dinheiro, sobretudo, porque eram retiradas verbas de projetos aprovados pela Câmara Municipal, em que há consenso, relativamente à sua aplicação, para colocar noutros que ainda não estão, sequer, projetos apresentados à Câmara

Municipal, e deu exemplo do passeios do Campo da República, do Parque Infantil do Parque Urbano, pelo que fazia pouco sentido aquela navegação um pouco incerta.

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Relativamente ao Parque Infantil do Parque Urbano, disse que a verba não foi retirada na totalidade, ficou com cerca de trinta mil euros, porque tinha que ver com o desfasamento da obra, portanto, a previsão de início da obra estaria para outubro ou novembro e, posteriormente, iria continuar no próximo ano, daí ter sido retirada a verba.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Lamentou que naquela lista pouco houvesse para a zona rural, a não ser o Centro Escolar de Atouguia da Baleia e algum passadiço que chegasse ao Baleal, que dava nota da pouca importância dada à zona rural, nomeadamente à Freguesia de Ferrel.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que aquele documento era a aplicação do saldo de gerência do ano passado, o restante estava em orçamento, aliás, estava em orçamento diversos investimentos para a Freguesia de Ferrel, que esperava concretizar, para não falar do investimento que foi feito no cemitério, que ninguém estava à espera.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o agradecimento já foi feito, porque era verdade o investimento, em relação à obra, porque em relação aos terrenos, o que foi gasto não chegava para aquilo que colocaram no orçamento da Câmara Municipal durante alguns anos.

Deliberação n.º 25/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8) e do Partido Socialista (4), e treze abstenções (13) dos eleitos do Partido Social Democrata (8), da Coligação Democrática Unitária (4) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista (1), aprovar a Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019.

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal.

Deliberação n.º 26/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por maioria, com treze (13) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8) e dos eleitos do Partido Socialista (5), e doze (12) abstenções, dos membros eleitos do Partido Social Democrata (8) e da Coligação Democrática Unitária (4), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2019, aprovado pela Assembleia Municipal, em 30 de novembro de 2018.

O original do documento agora aprovado fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

5) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, RELATIVOS À GERÊNCIA DE 2018:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2019, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Ademar Marques (PSD):

Disse que foi falado, pelo senhor Presidente da Câmara, sobre vários aumentos de custos, que estavam previstos, e da última vez que falaram sobre os tarifários da água, insistiu na questão de perceber porque é que tinha havido uma quebra tão acentuada na venda da água, e aparentemente aquilo que sabiam, aquela quebra se mantinha, portanto, gostaria de perceber, sem que tenha a ver com o voto que iriam fazer, qual é que era a estratégia que estava a ser delineada para compensar aquela quebra, porque, também, já tinha dito que, na sua opinião e na opinião do Partido Social Democrata, não tinha que ser necessariamente onerar as famílias, porque não era isso que faziam os Municípios.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que, provavelmente, foi inesperada, mas todos percebiam que houve uma redução de consumo de água de algumas empresas, mas, também, do próprio Município. Referiu que um dia teria que ser feito, na Assembleia Municipal, um parêntesis sobre a gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, porque, por vezes, parecia que era o Presidente que a fazia, e no essencial não era e nunca foi, era o Conselho de Administração que tomava as decisões finais, que tem um elemento de cada força política, e que iria no seguimento daquilo que eram as opiniões dos técnicos, alguns deles com muita experiência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

Disse que se voltassem atrás, poderia ser sugerido, como foi feito durante alguns anos, um aumento substancial das tarifas, todos os anos, mas, na sua opinião, teriam que ter consciência que se não houverem receitas, em termos de Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, não haveria investimentos, e há uma grande necessidade para o fazer. Disse, ainda, que estavam a passar por uma fase de transição e, na sua opinião,

tinham que mudar a gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em alguns aspetos, reforçando mais a questão técnica, entendia que deveria ser contratado mais dois Engenheiros Cívicos, para reforçar a componente e as capacidades, em termos de preparação dos projetos e, inclusive, de empreitadas que não estão a conseguir naquilo que era desejável. Deu conta que havia uma orientação, já analisada no ano passado pelo Conselho de Administração, que era fazer o estudo sobre o tarifário, se iriam mexer no primeiro escalão que, no fundo, seria para as pessoas mais desfavorecidas e com consumos mais baixos, se seria no segundo ou no terceiro escalão, que seriam as pessoas que consomem mais água, nas habitações. Disse que havia a necessidade de repensar a forma como os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento trabalha, existem medidas, em concreto, que deveriam ser tomadas, nomeadamente de gestão e de controlo, mas não poderiam esquecer que existe um conjunto de trabalhadores com idades avançadas que precisam de ser substituídos e era preciso garanti-la. Disse que era defensor, de há muitos anos, que as tarifas de água e saneamento deveriam ser atualizadas anualmente, para que não lhes exigisse que houvessem picos elevados, e a tendência, normalmente, era para aumentar em alguns anos e em outros não aumentar, por razões eleitorais, mas, na sua opinião, para garantir os investimentos que o concelho tinha para fazer, nos próximos anos, deveriam fazer um pacto, para garantir aquele investimento.

Ademar Marques (PSD):

Disse que não defendia que não houvesse investimento, nem quebra de investimento, defendia que se deveriam ponderar as alternativas para compensar e perceber que não era a única alternativa subir os tarifários, porque eles já eram bastante altos e, sobretudo, porque quer nas famílias, que têm que fazer contas, quer nas empresas que têm que fazer opções, sobretudo em algumas empresas, o preço da água acabava por ser relevante nas opções que têm a fazer.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que existiam um conjunto de medidas que pretendiam implementar, que iria reduzir alguns custos, e por vezes eram pequenas medidas, mas não era, apenas, o Presidente da Câmara ou o Presidente do Conselho de Administração que tinha que ter opinião para fazer sugestões de alternativas em termos de gestão.

Ademar Marques (PSD):

Perguntou quais eram as medidas que mencionou.

Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que as medidas seriam discutidas a seu tempo, tanto na Câmara Municipal como no Conselho de Administração.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Disse que não concordava que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estivessem separados da Câmara Municipal, primeiro porque se perdem algumas mais valias, e dava a ideia de que era uma empresa à parte. Referiu que, na sua opinião, era um desperdício aqueles serviços estarem separados, porque se poderia aproveitar a qualidade de muitos técnicos que ali estão, para outros serviços e era tudo

num todo.

Deliberação n.º 27/2019: Submetidos os Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, relativos à gerência de 2018, a votação nominal, de braço no ar, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constatou-se o seguinte resultado:

Votos a favor: Vinte e um (21) – dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8) e do Partido Socialista (5).

Votos contra: Zero (0).

Abstenções: Quatro (4) dos eleitos da Coligação Democrática Unitária (4).

Os originais dos Documentos de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Peniche, relativos à gerência de 2018, ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

6) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REVISÃO AO ORÇAMENTOS DA RECEITA E DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 28/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos eleitos do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), do Partido Social Democrata (8) e do Partido Socialista (5), e quatro (4) abstenções dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, aprovar a primeira Revisão ao Orçamentos da Receita e da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2019.

Os originais dos documentos agora aprovados ficam arquivados em pasta anexa aos livros de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

7) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2019:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 29/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na

alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, do Partido Social Democrata (8), do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8) e do Partido Socialista (5), e quatro (4) abstenções, dos eleitos da Coligação Democrática Unitária, aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2019.

O original do documento agora aprovado fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

8) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PENICHE NA ASSOCIAÇÃO AGEO - GEOPARQUE OESTE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra a senhora Vereadora Ana Rita Petinga que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 22 de abril de 2019, e usaram da palavra os senhores adiante identificados:

Maria João Avelar (PSD):

Disse que todos deveriam estar de acordo, que era um projeto interessante, porque agregava outros Municípios que, na sua opinião, era sempre uma mais valia e fazia todo o sentido, uma vez que lhe daria coerência. Perguntou qual era o envolvimento financeiro previsto no memorando de entendimento, celebrado em março, e solicitou que fosse dada indicação dos órgãos sociais.

Vereadora Ana Rita Petinga (GCEPP):

Disse que o orçamento para 2019 eram cento e setenta e cinco mil euros, a dividir pelos cinco Municípios e, relativamente aos órgãos sociais, deu conta que houve reunião da Assembleia Geral, e o Presidente da Direção era o senhor Vereador João Serra, da Câmara Municipal da Lourinhã, a Vice-Presidente era a senhora Vereadora Laura, da Câmara Municipal de Torres Vedras, a Secretária da Direção era a senhora Vereadora Ana Rita Petinga, da Câmara Municipal de Peniche, o Tesoureiro era o senhor Vereador Vítor Fonseca, da Câmara Municipal do Bombarral e o Vogal, era o senhor Dr. Bruno Camilo, Presidente da Sociedade de História Natural.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, obviamente, o voto da Coligação Democrática Unitária era favorável, e tratando-se de questões de cultura e de património, o seu apoio era incondicional e a Coligação Democrática Unitária tinha muita felicidade de ter dirigido um executivo, em que a Ponta do Trovão teve o apoio e o reconhecimento nacional e internacional que merecia.

Deliberação n.º 30/2019: Submetida a proposta a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na

alínea n) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar a participação do Município de Peniche na AGEO - Geoparque Oeste, com uma quota anual de 500,00 € (quinhentos euros), conforme deliberação da respetiva Assembleia Geral de 12 de dezembro de 2018.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 31/2019: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo vinte e duas horas e trinta minutos do dia vinte e nove de abril, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão ordinária de abril de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
